

D. Alexandre Nascimento: um sacerdote católico angolano na transição do colonialismo português para a independência de Angola

JOÃO MIGUEL ALMEIDA*



Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa;
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-1229-8337>
joaoalmeida@fcs.unl.pt

Resumo: O percurso de D. Alexandre Nascimento (1925-), bispo de Malanje (1975), arcebispo Metropolitano de Lubango (1977), cardeal (1983), arcebispo de Luanda (1986-2001), é analisado na dupla perspetiva de compreender a dinâmica das relações entre Estado e Igreja Católica no período colonial, transição para a independência e primeiros anos da independência, e a agência da personalidade em causa na transformação destas relações. Testemunha do seu tempo, D. Alexandre Nascimento foi também um agente religioso e social, geralmente discreto, cuja ação, de contornos ainda pouco estudados, é aqui analisada. A sua simpatia pelo nacionalismo angolano, formada no final da década de 1950, nasce da consciência das injustiças sociais do colonialismo português e leva-o a estabelecer contactos com os nacionalistas angolanos e com os oposicionistas católicos portugueses ao Estado Novo, durante o período de exílio na metrópole, entre 1961 e 1971. A sua imagem de crítico do colonialismo português dá-lhe um reconhecimento junto dos nacionalistas angolanos que lhe permite dispor, durante o período de transição para a independência, de uma margem de manobra para estabelecer mediações entre a Igreja Católica e o poder político, entre a hierarquia católica e os padres mais identificados com a vanguarda revolucionária, que outros elementos do episcopado não possuem. Nos primeiros anos da independência afirma-se como defensor da autonomia institucional da Igreja Católica e dos direitos humanos em Angola.

Palavras-chave: Estado Colonial, Igreja Católica, Angola, Portugal, Descolonização.

D. Alexandre Nascimento: an Angolan catholic priest in the transition from Portuguese colonialism to Angola's independence

Abstract: D. Alexandre Nascimento (1925-), Bishop of Malanje (1975), Metropolitan Archbishop of Lubango (1977), Cardinal (1983), Archbishop of Luanda (1986-2001), is analyzed in the double perspective of understanding the dynamics of the relations between the State and the Catholic Church in the colonial period, the transition to independence and the first years of independence, as well as the agency of a personality involved in the transformation of these relations. Witness of his time, D. Alexandre Nascimento was also a religious and social agent, generally

* Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26-c, 1069-061, Lisboa. Colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Este artigo foi escrito no âmbito do projeto de pós-doutoramento financiado pela FCT (SFRH/BPD/116189/2016).

discreet, whose action, of contours still little studied, is addressed in this article. His sympathy for Angolan nationalism formed in the late 1950s, arises from the awareness of the social injustices of Portuguese colonialism and leads him to establish contacts with Angolan nationalists, and with Portuguese Catholic opponents to the Estado Novo, during the period of exile in the metropolis, between 1961 and 1970. His image as a critic of Portuguese colonialism gives him recognition among Angolan nationalists that allows him, during the period of transition to independence, to have a margin of maneuver to establish mediations between the Catholic Church and the political power, between the Catholic hierarchy and the priests most identified with the revolutionary vanguard, which other elements of the episcopate do not have. In the early years of independence, he asserted himself as a defender of the institutional autonomy of the Catholic Church and human rights in Angola.

Keywords: Colonial State, Catholic Church, Angola, Portugal, Decolonization.

O presente artigo pretende contribuir para a compreensão do percurso religioso e pessoal do sacerdote angolano Alexandre Nascimento (Malanje, 1925-) e permitir uma melhor análise das relações entre Igreja Católica, estado e sociedade em Angola, na transição do período colonial para o período da independência.

D. Alexandre Nascimento tornou-se uma figura de referência na Igreja Católica, que o fez cardeal, no Estado e na sociedade angolana, em muitas instâncias internacionais. Percorreu um caminho indecifrável em determinados momentos históricos em que foi uma personalidade mal vista, nomeadamente durante o período de exílio na metrópole, de 1960 a 1971, quando se encontrava associado ao nacionalismo angolano e sob vigilância da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado)/DGS (Direção Geral de Segurança), e teve de lidar com preconceitos de sinal contrário no período de transição para a independência e dos seus primeiros anos, quando a Igreja Católica era encarada pelas organizações revolucionárias como um resquício do passado colonial.

A análise deste trajeto procura responder às seguintes questões: qual a agência, no sentido de intervenção transformadora, do padre Nascimento num percurso que o conduziu a um lugar proeminente da Igreja Católica em Angola e de uma organização internacional? Como é que as transformações na Igreja Católica associadas ao Concílio Vaticano II se manifestam neste percurso em concreto? Como é que a intervenção do sacerdote Alexandre Nascimento, no período de transição para a independência e de pós-independência, é condicionada pela recomposição das relações entre o novo Estado independente e a Igreja Católica? Como é que o sacerdote Alexandre Nascimento se posiciona face às transformações internas da própria Igreja Católica em Angola, confrontada com projetos de transformação política que questionam e disputam o seu lugar na sociedade?

O «estado da arte» relevante para responder a estas questões incide sobre a génese do nacionalismo angolano e os seus conflitos com o Estado português;

as lutas sobre a independência de Angola e o lugar da Igreja católica nas interações entre Estado colonial e lutas de libertação¹, ou, mais concretamente, sobre figuras marcantes da Igreja católica e do nacionalismo angolano, com as quais o padre Alexandre Nascimento se cruzou, como o cónego Manuel das Neves² ou Joaquim Pinto de Andrade³. Particular importância é dada ao grupo de sacerdotes angolanos, nos quais o padre Nascimento se integra que, suspeitos de ligações ao nacionalismo angolano, foram colocados em território metropolitano, na prisão ou sob vigilância forçada⁴.

Alguns trabalhos marcaram a reflexão metodológica sobre o papel das Igrejas cristãs, e da Igreja católica em particular, na sociedade colonial, no processo de descolonização e no período pós-colonial. Christine Messiant, na sua tese de doutoramento em sociologia sobre as premissas do movimento nacionalista em Angola, considerou que, por volta de 1960, mais de metade da população africana de Angola, com particular incidência nas etnias Mbundu e Ovimbundo, se encontrava «portugalizada», tendo a Igreja católica, associada ao Estado português, desempenhado um papel decisivo no desmantelamento das hierarquias africanas tradicionais e nos quadros de referência tribais⁵.

Benedict Schubert, no livro baseado na sua tese de doutoramento sobre as Igrejas cristãs em Angola no contexto da guerra colonial e da guerra civil, foi além das visões simplistas que identificavam a Igreja católica com o poder colonial e as igrejas protestantes com os movimentos de libertação. A sua análise, ultrapassando fronteiras confessionais, distinguiu entre as Igrejas, ou partes delas, que integravam o sistema colonial, e aquelas que «saíram do sistema colonial português». No entanto, observou, «A descolonização não aconteceu como uma inversão clara e esclarecedora das relações de poder, mas sim sob a forma de uma confusão conflituosa, envolvendo também as Igrejas; através de um processo doloroso elas tiveram que redefinir a sua posição e identidade»⁶.

-
- 1 HENDERSON, Lawrence W. – *Angola. Five centuries of conflict*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1979; PACHECO, Carlos – *Repensar Angola*. Lisboa: Vega, 2000; MESSIANT, Christine – *1961. L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste*. Bâle: P. Schlettwein Publishing Switzerland, 2006; ROCHA, Edmundo – *Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano. Período de 1950 a 1964. Testemunho e estudo documental*. Lisboa: Dinalivro, 2009; NEVES, Tony – As igrejas e o nacionalismo em Angola. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. 13/14 (2008) 511-526; MEDINA, Maria do Carmo – *Angola: Processos políticos da luta pela independência*. Coimbra: Almedina, 2013.
 - 2 LOPES, José Manuel da Silveira – *O Cónego Manuel das Neves. Um nacionalista angolano. Ensaio de biografia política*. Lisboa: Nova Veja, 2017.
 - 3 BESSON, Emmanuelle – Autour du procès de Joaquim Pinto de Andrade. *L'Église catholique et l'Angola colonial, 1060-1975. Le Fait Missionnaire*. 12 (2002); ANDRINGA, Diana; SOUSA, Victória de Almeida, orgs. – *Joaquim Pinto de Andrade. Uma quase autobiografia*. Porto: Edições Afrontamento, s.d.
 - 4 ALVES, Carlos Alberto – *Esperar pela Hora de Deus. O exílio forçado de sacerdotes angolanos em Portugal*. Luanda: Mayamba Editora, 2015.
 - 5 MESSIANT – *1961*, p. 391.
 - 6 SCHUBERT, Benedict – *A guerra e as igrejas. Angola 1961-1991*. Bâle: P. Schlettwein Publishing Switzerland: 2000, p. 127.

Procurando captar a complexidade do que designa por «paradoxo católico» em Angola, Maria da Conceição Neto, além de reconhecer as contradições da Igreja católica perante a questão colonial e de identificar diferentes estratégias nas diversas congregações religiosas, chamou a atenção para as diferenças entre a «Igreja das paróquias» e a «Igreja das missões». Os «civilizados» de proveniência europeia, a viver nos meios urbanos frequentavam preferencialmente a «Igreja das paróquias», enquanto as missões, mesmo as situadas na periferia dos centros urbanos estavam destinadas aos «indígenas»⁷.

Este artigo pretende ser um contributo inicial para uma biografia de contexto que, focando a singularidade do trajeto de Alexandre Nascimento, permita compreender melhor as transformações no catolicismo e na sociedade angolana, desde o pontificado de Pio XII à atualidade, desde o período colonial ao período pós-colonial, mostrando a ação da Igreja católica no período da guerra civil e no processo de paz em Angola. Procuramos descortinar um fio condutor neste percurso e identificando não só o que partilha com o percurso de outros sacerdotes angolanos, mas também o que o diferencia. No seu caso, partilha com outros sacerdotes associados ao nacionalismo angolano uma formação religiosa inicial em Angola, ligada aos espiritanos. Com um grupo mais restrito partilha o prosseguimento de estudos superiores em Roma e a passagem de uma identificação inicial com o magistério de Pio XII a uma adesão aos princípios de renovação do Concílio Vaticano II. É um dos nove sacerdotes angolanos que vive um tempo de exílio e residência vigiada em Lisboa. Diferencia-o de outros trajetos semelhantes o seu maior envolvimento com a atividade cultural, uma atenção ao pensamento de João XXIII alimentada pela tradução do diário íntimo e escritos de piedade do Papa do *aggiornamento*⁸ os estudos de Direito em Lisboa e as ligações que aqui estabelece aos intelectuais católicos associados à revista *O Tempo e o Modo* e à contestação da política colonial do governo português, o seu percurso eclesial na Angola independente que o leva a receber o título de cardeal.

Dado o caráter recente do período em análise, as fontes organizadas e disponíveis para consulta são escassas. As conexões do padre Alexandre Nascimento com outros padres angolanos suspeitos de ligações ao nacionalismo angolano encontram-se em parte documentadas pelo arquivo da PIDE/DGS e esta documentação foi valorizada por uma publicação em livro. Sendo um homem de cultura, D. Alexandre Nascimento publicou muitos textos e deu entrevistas⁹ que não só constituem um testemunho do seu pensamento como cristão, como homem da

7 NETO, Maria da Conceição – O paradoxo católico. In ALVES, Carlos Alberto – *Esperar pela Hora de Deus. O exílio forçado de sacerdotes angolanos em Portugal. 1960-1974*. Luanda-Sul: Mayamba, 2015, p. 25.

8 Traduziu o livro de RONCALLI, Angelo Giuseppe – *Diário Íntimo e outros escritos de piedade*. Lisboa: Livraria Moraes, 1964.

9 NASCIMENTO, Cardeal Alexandre do – *Caminhos da Esperança. Alocuções*. Lisboa: Rei dos Livros, 1992.

Igreja católica, como cidadão angolano, mas também do seu percurso espiritual, numa perspetiva de busca de uma verdade interior que podemos remontar às *Confissões* de Santo Agostinho, mas que articulam esse testemunho de interioridade com uma decifração dos «sinais do tempo» na autobiografia¹⁰ e nos três volumes de um diário que publicou¹¹. O seu livro de poesia¹² situa-o como leitor do legado literário europeu, quer clássico, com destaque para os clássicos latinos, quer moderno, e como devedor de uma sensibilidade poética inspirada pelas paisagens e pela cultura angolana.

A formação num catolicismo português e romano

O futuro sacerdote católico realizou os estudos primários na escola primária da missão católica em Malanje, a cidade onde nasceu a 1 de março de 1925. A 12 de abril de 1939 deixa Malanje e entra no seminário dos Bângalas, orientado pelos espiritanos, a ordem religiosa com maior implantação em Angola¹³. Durante quatro anos frequenta o seminário dos Bângalas e daí segue para o seminário de Malanje, onde estuda de setembro de 1943 a março de 1945 e funda o jornal *Aurora da Vitória*. Prosseguiu os estudos no seminário arquidiocesano, localizado em Luanda. Aí foi contemporâneo de Joaquim Pinto de Andrade¹⁴, Manuel Franklin da Costa¹⁵, João Felizardo¹⁶, José Gomes Maiato, Zeferino, Abel Freitas, Rui Alberto, Martinho Samba ou Manuel Martinho Campos¹⁷.

10 NASCIMENTO, Alexandre – *Minhas origens e aprendizagens. Autobiografia do cardeal*. Luanda: EAL Ed. de Angola, Mapess, 2005.

11 NASCIMENTO, Cardeal Alexandre do Nascimento – *O meu diário*. Vol. I, II e III, Luanda: Ideasing, 2017.

12 NASCIMENTO, Cardeal – *Livro de Ritmos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

13 Sobre a congregação do Espírito Santo ver o livro de NEIVA, Adélio Torres – *Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria*. História da Província Portuguesa, 1867-2004. Lisboa: CESICM, 2005.

14 Joaquim Pinto de Andrade (1926-2008) foi um sacerdote católico angolano e um dos fundadores do MPLA. Em 1953 formou-se em Teologia na Universidade Gregoriana de Roma. Em 1962 tornou-se Presidente honorário do MPLA. No entanto, opôs-se à política oficial do MPLA a partir de 11 de novembro de 1974, aderindo ao grupo denominado Revolta Ativa. Posteriormente ligar-se-ia ao Partido Renovador Democrático, que obteve uma votação pouco expressiva nas eleições de 1992.

15 D. Manuel Franklin da Costa (1921-2006) foi ordenado sacerdote em 1948. Foi professor e prefeito de disciplina no seminário em Luanda. Realizou estudos avançados no Instituto Gregoriano de Paris. A 3 de junho de 1958 foi nomeado cônego da Sé Catedral em Luanda. Em 1960 foi um dos nove padres angolanos colocados na metrópole sob vigilância da PIDE. Durante o período de exílio forçado, licenciou-se em Filosofia na Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, onde foi professor. Regressou em 1974 a Angola, onde foi reitor do Seminário de Luanda. Em 1975 foi nomeado bispo de Saurimo. Em 1986 foi transferido para a arquidiocese de Lubango, tendo resignado ao cargo em 1997.

16 João Felizardo Muvimba, após a independência de Angola, viria a ser presidente do Tribunal Supremo da República de Angola.

17 Martinho Manuel Campos Samba (1919-1975), natural do Calulo, seria um dos padres angolanos a passar pela cadeia do Aljube e a quem, em agosto de 1961, foi fixada residência fixa no continente, tendo sido enviado para uma comunidade religiosa no Norte de Portugal.

Após a formação nos seminários de Angola, trabalhou como pré-prefeito no pré-seminário de Cabinda, onde conheceu os padres espiritanos Arnaldo Baptista, o reitor do seminário em 1947-1948¹⁸, e o padre Francisco Vissers.

A sua partida, em 1948, para estudar na Universidade Gregoriana em Roma teve a sua origem imediata numa orientação de Moisés Alves de Pinho¹⁹. Alexandre Nascimento foi ordenado padre a 20 de dezembro de 1952, por D. Luigi Traglia²⁰, então arcebispo-titular de Cesareia na Palestina.

A continuação dos estudos de Alexandre Nascimento, a um nível superior, em Roma não se deve só a uma dinâmica eclesiástica e tem de ser compreendida no contexto das relações entre a Igreja Católica e o Estado colonial. D. Moisés Alves de Pinho buscou também o apoio do governador geral de Angola, o capitão Agapito de Carvalho²¹, para sustentar, de um ponto de vista financeiro, um percurso formativo de alto nível na Igreja Católica para Alexandre Nascimento. A sua argumentação foi que traria prestígio a Portugal ter dois alunos formados no Seminário de Luanda a estudar em Roma. O êxito escolar de Alexandre Nascimento contribuiu para criar novos apoios do Estado português à alta formação de sacerdotes católicos angolanos. A partir do segundo ou terceiro ano de Alexandre Nascimento em Roma foi inscrita uma verba no Orçamento Geral de Angola para os estudantes angolanos no Colégio Português de Roma.

Outro testemunho do futuro cardeal permite-nos apercebermo-nos de como as intenções e estratégias da Santa Sé e do Estado português em relação à promoção do clero católico africano em Angola podiam convergir ou entrar em conflito. Numa entrada do seu *Diário*, datada de 28 de setembro de 1957, o então padre Alexandre Nascimento regista que um amigo seu lhe dissera que, segundo Monsenhor Rottoli, na nunciatura pensavam em consagrá-lo bispo após 1961. Nesse ano começaria a guerra colonial e o padre Alexandre Nascimento encontrar-se-ia exilado na metrópole, sob vigilância da PIDE. A referência à nomeação para bispo é vaga, mas é verosímil que na nunciatura tivessem em mente uma nomeação para bispo auxiliar. Nesse caso, a nomeação de D. Alexandre Nascimento reforçaria duas estratégias do Vaticano, ao serviço de dois propósitos complementares. O primeiro era, como assinalou o investigador Luís Salgado de Matos, abrir caminho a um

18 TUBI, Barnabé Lelo – *As missões centenárias da Diocese de Cabinda (1873-1973)*. Cabinda: Biblioteca da Diocese de Cabinda, 1993, p. 94.

19 D. Moisés Alves de Pinho (1883-1980) formou-se no Seminário Missionário da Formiga (Ermesinde) e fez o noviciado em Chevilly, França, de 1904 a 1905. Licenciou-se em Filosofia e Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana. Em 1919 regressa a França e torna-se o provincial dos espiritanos em Portugal. Em 1932 foi nomeado por Pio XI bispo de Angola e Congo, deixando o cargo de provincial. Tornou-se arcebispo em 1940. Renunciou a ambas as dioceses em 1966.

20 Luigi Traglia (1895-1977) foi ordenado presbítero em 1917. O Papa Pio XI nomeou-o arcebispo titular de Cesareia na Palestina e bispo-auxiliar de Roma em 1936. Foi sagrado bispo em 1937. João XXIII fê-lo cardeal em 1960.

21 José Agapito da Silva Carvalho foi governador-geral de Angola entre 1947 e 1951.

distanciamento do Estado Novo através da nomeação de bispos auxiliares formados na Universidade Gregoriana²². O segundo era a africanização do clero e, mais especificamente, da hierarquia católica em África, preparando a Igreja Católica para um cenário de independência da então colónia portuguesa. O cenário da guerra colonial veio dificultar a concretização desta intenção no que respeita ao padre Alexandre Nascimento. A sua nomeação para bispo residencial ou coadjutor com direito de sucessão seria previsivelmente objeto de veto, pois o governo tinha esse direito garantido pela Concordata e Acordo Missionário e não era verosímil que renunciasse a exercê-lo em relação a um padre que fora colocado sob vigilância da PIDE. O direito de veto não existia em relação aos bispos auxiliares, mas não havia da parte do Vaticano qualquer vantagem em nomear um bispo cujo nome geraria crispções com o poder político. Apenas após a declaração da independência de Angola D. Alexandre Nascimento se tornaria bispo, como muitos outros padres de proveniência africana.

Na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, o padre Alexandre Nascimento obteve o bacharelato em Filosofia e a licenciatura em Teologia. De regresso a Angola, foi professor de Teologia Dogmática no Seminário Maior de Luanda e redator-chefe do jornal católico *O Apostolado*, de 1953 a 1956.

Sacerdote e pregador num país em guerra

Por nomeação de D. Moisés de Alves Pinho, o padre Alexandre Nascimento foi pregador na Sé Catedral de Luanda, de 1956 a 1961, o ano do início da guerra colonial. Um artigo publicado por si num número único de uma revista, *Cazengo*, sobre «O Conceito de Civilização e as suas incidências» mostra como escrevia, nas margens do tolerável pela censura, críticas ao pensamento dominante que associava a evangelização a um projeto civilizador português e europeu. Suavizando com humor as suas críticas à distinção entre «indígena» e «assimilado» e a subordinação do processo civilizacional à imitação de padrões europeus, o padre Alexandre Nascimento observava: «Outra lei capital da verdadeira civilização é a abertura a todos os valores humanos, o que implica a garantia real das liberdades fundamentais do homem. Isto de maneira alguma significa que tudo o que se lhe apresenta é objeto da sua imitação. Um civilizado assimila, não é assimilado.» A ideia é reforçada no parágrafo seguinte: «E a razão é muito simples e clara: em verdade a civilização é que é para o homem e não o homem para a civilização. Produtos de importação sobrepostos lembram fatos emprestados que por melhor que sejam

22 MATOS, Luís – Os bispos portugueses – da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos. *Análise Social*. 29: 125-126 (1994) 319.

para os donos sempre hão de assentar mal noutras pessoas»²³. Em apoio do seu ponto de vista, o padre Alexandre Nascimento cita a primeira encíclica do Papa Pio XII, *Summi Pontificatus*, uma citação que contribui para compreender como é que um Papa frequentemente identificado com o conservadorismo católico podia inspirar um jovem padre considerado progressista: «Os Missionários de todos os tempos propuseram-se a tarefa de facilitar a íntima compreensão e o respeito pelas mais variadas civilizações e de servirem desses valores espirituais fecundos para uma viva e vivificante pregação do Evangelho de Cristo»²⁴. O remate do artigo expõe o ponto de convergência entre um cristianismo alicerçado no magistério papal e a dimensão emancipatória de um marxismo que não pretendesse constituir uma resposta para todas as questões humanas: «O fim da civilização não é substituir a Religião: é libertar o homem cada vez mais das necessidades materiais, para melhor poder dedicar-se à procura da verdade e ao encontro com ela»²⁵.

No final da década de 1950, o padre Alexandre Nascimento é uma das vozes escutadas pelos jovens nacionalistas angolanos. Segundo um testemunho, «os padres Joaquim Pinto de Andrade e Alexandre Nascimento desempenharam o seu papel na formação e afirmação da personalidade política da juventude estudantil do Colégio da Casa das Beiras, durante os anos de 1955, 1956 e 1957, assumindo a responsabilidade de professores de moral e educação cívica»²⁶.

O *Diário* do padre Alexandre Nascimento, entre elipses, silêncios e alusões, regista um clima de intimidação que remonta a 1958, ano das eleições presidenciais em que o candidato da oposição, Humberto Delgado faz tremer o regime e quebra o que Salazar designa por «frente nacional» entre a ditadura e os católicos. Em Angola, desde esse ano estão criadas as condições para a organização de um partido político – a UPA (União dos Povos de Angola) – que contesta a presença dos portugueses em território angolano, com o apoio de trabalhadores migrantes, chefes tradicionais, pastores e catequistas. Apesar da UPA estar muito identificada com a etnia bakongo²⁷, a sua ação tem repercussões noutras comunidades protestantes e alerta as autoridades coloniais contra a emergência de nacionalismos angolanos. Em Benguela, as eleições presidenciais de 1958 suscitam um movimento de diversos setores sociais de apoio a Arlindo Vicente, o candidato oposicionista que coloca a questão da evolução do sistema colonial e que, durante o período da campanha eleitoral, desiste a favor de Humberto Delgado. Este líder oposicionista obtém a maioria dos votos em Benguela, resultado para o qual contribuem negros,

23 NASCIMENTO, Alexandre – Sobre o conceito de civilização e as suas incidências. *Cazengo*. Revista Especial Única (1956) 22.

24 NASCIMENTO – Sobre o conceito, p. 23.

25 NASCIMENTO – Sobre o conceito, p. 23.

26 PACAVIRA, Manuel Pedro – *O 4 de Fevereiro pelos próprios*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2003, p. 40.

27 MESSIANT – 1961, p. 394-395.

mestiços e brancos, correspondendo a um eleitoral compósito de um ponto de vista socioeconómico e político, constituído por pequenos agricultores, capitalistas, liberais, maçons e comunistas. Esta convergência oposicionista dá origem, em 1961, a uma nova organização, a Frente da Unidade Angolana²⁸.

O ambiente de contestação à política colonial e repressão política que irrompe nas eleições presidenciais de 1958 condiciona o trabalho pastoral do padre Alexandre Nascimento. A vinte de agosto desse ano assinala «um ambiente quase de terror». Acrescentando:

«Qualquer coisa de mau me espreita. Tanto mais que tenho pedido nas minhas orações para que o Senhor me livre dos inimigos internos e *externos*. Pelo que tenho ouvido, está-se em criar contra mim um ambiente político hostil. Há quem pense e diga que devo abandonar Angola»²⁹.

A oito de novembro desse ano é mais concreto:

«Soube hoje, de uma pessoa de absoluta confiança, que o perigo grave em que estive em novembro até fevereiro e continuo a estar (em menor escala) não era o de me mandarem para fora, nem o de me prenderem: mas o de me *liquidarem* – fazerem-me desaparecer da *vida*³⁰».

A documentação depositada nos arquivos da PIDE atesta que o padre Alexandre Nascimento se encontrava sob vigilância da polícia política e, a 8 de setembro de 1958, era considerado, juntamente com o padre Joaquim Pinto de Andrade, um dos «principais orientadores e fomentadores das atividades [separatistas] que se têm verificado»³¹. Tanto o padre Alexandre Nascimento como o padre Joaquim Pinto de Andrade frequentavam a Sociedade Cultural de Angola, onde os ideais nacionalistas se cruzavam com o marxismo. A SCA tinha uma atividade cultural diversificada, incluindo a publicação do jornal *Cultura*, a organização de palestras e exposições, ou a exibição e debate de filmes no âmbito de um cineclube. A partir de 1959 a PIDE aperta o cerco à SCA, prendendo vários dos seus elementos e acabando por encerrar a Sociedade em 1964³². Tanto Alexandre Nascimento como Joaquim Pinto de Andrade não terão sido presos no final da década de 1950 por intervenção do arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves Pinho³³.

28 MESSIANT – 1961, p. 399-400.

29 NASCIMENTO – *O meu diário*. Vol. I, p. 230.

30 NASCIMENTO – *O meu diário*. Vol. I, p. 233.

31 Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]. Arquivo PIDE/DGS, processo 2181, SR, Delegação de Angola, Manuel Franklin da Costa, NT 1044, fl. 141.

32 ANDRINGA; SOUSA, – *Joaquim Pinto de Andrade*, p. 35.

33 ANDRINGA; SOUSA – *Joaquim Pinto de Andrade*, p. 43.

O documento, datado de 26 de outubro de 1963, que o padre Alexandre Nascimento assinará e entregará ao núncio apostólico de Lisboa, juntamente com todos os sacerdotes angolanos exilados na metrópole, dá-nos uma perspetiva sobre o que foi a formação da consciência política destes padres na década de 1950: receberam com entusiasmo a tomada de posição, em dezembro de 1953, dos bispos de Madagáscar acerca da independência política; o seguimento deste exemplo, em abril de 1955, pelos bispos dos Camarões; a publicação, em 1957, da encíclica *Fidei Donum*, por Pio XII, assinalando a «hora em que a África se abria ao mundo moderno e ia atravessar, com passos de gigante talvez os anos mais graves do seu destino milenário»³⁴. O conhecimento que possuíam da sociedade angolana convenciona-os de que a independência de Angola se faria, mais tarde ou mais cedo, com a Igreja Católica ou sem e *contra* a Igreja Católica. Afirmaram que «politicamente, não tivemos nenhuma ação directa ou indirecta (...) na alteração actual dos acontecimentos em Angola» e sublinharam que se tinham mantido «sempre e em toda a parte no campo puramente espiritual». A atitude que reivindicam para si é de «não colaboração» ou «não alinhamento» com o «colonialismo missionário»³⁵. O rigor destas afirmações terá variado consoante as personalidades e a evolução individuais, num contexto muito dinâmico, em que os acontecimentos se sucediam rapidamente e as consciências se transformavam. Mas de um ponto de vista do poder político, como dos colonos identificados com o *statu quo*, o não alinhamento, o distanciamento crítico já eram posições subversivas.

Em 1959, o *Diário* dá conta das prisões políticas e de boatos que correm acerca dele. Estava a decorrer o chamado «processo dos 50». A PIDE desencadeou uma vaga de prisões e julgamentos em tribunais militares de nacionalistas angolanos. Consta do relatório da polícia política que não chegaram a ser presos algumas personalidades eclesiásticas sob suspeitas, como o cônego Manuel das Neves, o padre Joaquim Pinto de Andrade e o padre Alexandre Nascimento³⁶. A 15 de julho relata, sem entrar em pormenores, uma visita ao arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves Pinho, que se encontrava doente. Os tópicos de conversa incluíram D. António Ferreira Gomes, o bispo do Porto, que entrara em rutura pública com Salazar por defender a liberdade política dos católicos, incluindo a liberdade de se oporem ao Estado Novo, no *pro memoria* que se tornaria conhecido como a «carta do bispo do Porto», acabando no exílio, o ministro do Ultramar, e D. José da Costa Nunes. No entanto, a fonte é omissa sobre o sentido dessa conversa. Pode depreender-se

34 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo PIDE/DGS, processo 1277, SC CI [2], Vicente José Rafael, Alexandre do Nascimento, NT 7078, fls. 193-200.

35 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo PIDE/DGS, processo 1277, SC CI [2], Vicente José Rafael, Alexandre do Nascimento, NT 7078, f. 193-200.

36 MEDINA – *Angola*, p. 121.

que Alexandre Nascimento foi aconselhado a evitar o escândalo que envolvera o bispo do Porto: «Como sempre recomendou-me a máxima prudência e reserva. Que exercesse o meu ministério entre europeus e assimilados: que os equívocos se dissipariam»³⁷.

A 27 de junho de 1960, o padre Alexandre Nascimento, juntamente com os padres autodesignados de «nativos» (Próspero Puaty³⁸, Martinho Samba e Vicente Rafael³⁹), todos residentes em Luanda, dirigiram ao arcebispo de Luanda uma carta, em nome dos «padres nativos de Angola», pedindo a D. Moisés Alves Pinho que os representasse e intercedesse junto do governo para que o padre Joaquim Pinto de Andrade, que acabara de ser preso, fosse libertado. A carta é seguida de uma reunião com o arcebispo descrita de forma muito elíptica no *Diário*. É referido que o arcebispo pôs os seus interlocutores «ao corrente de quanto se foi desenrolando de há uns dois anos para cá»⁴⁰, o que sugere uma crispação em torno de questões políticas desde o ano das eleições presidenciais marcadas pela candidatura de Humberto Delgado. Uma nota dá conta de que os padres nativos reconheceram a atenção com que foram escutados e algum terá comentado: «Já somos um peso»⁴¹. A frase mostra que o padre Alexandre Nascimento também se via e era visto como um representante dos «padres nativos de Angola», embora não se deixasse reduzir a esse papel.

As conexões entre o clero nativo e o nacionalismo angolano existiam e têm sido referidas por diversos autores, como Christine Messiant⁴², que identifica duas ideologias no nacionalismo angolano, o humanismo cristão e o marxismo, ou Edmundo Rocha, que associa as ideias nacionalistas ao marxismo e à corrente progressista-cristã⁴³. É, no entanto, difícil de reconstituir com clareza os graus de envolvimento de padres no movimento nacionalista e as suas implicações políticas. A 10 de setembro de 1960, o *Diário* assinala que o cónego Franklin foi impedido pela PIDE de tomar o avião de Lisboa e regista: «Às 10 da noite. Soube hoje que o Cónego Franklin foi impedido pela PIDE de tomar o avião de Lisboa. Sinto que também o cerco se está a apertar à minha volta. *Fiat voluntas tua*»⁴⁴.

37 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. I, p. 240.

38 José Próspero Puaty, falecido em 1998, viria a ser, durante 24 anos, o bispo da diocese de Luena.

39 O padre Vicente José Rafael (1925-2013) era natural do Calulo. Em abril de 1961 foi enviado para Lisboa em regime de residência fixa.

40 NASCIMENTO – *O meu diário*, p. 251.

41 NASCIMENTO – *O meu diário*, p. 251.

42 MESSIANT – 1961, p. 397.

43 ROCHA – *Contribuição*, p. 101.

44 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. I p. 253. Sobre a prisão do cónego Franklin da Costa, ver Carlos Alberto Alves – *Esperar pela Hora de Deus*, p. 38.

O 4 de fevereiro de 1961, data oficial do início da guerra em Angola, em que dezenas ou centenas de nacionalistas angolanos invadem duas prisões da PIDE e um posto policial em Luanda, para libertar presos políticos⁴⁵, não é registado no seu *Diário* da época, mas apenas *a posteriori*, em 1985, num exercício de memória. Lembra que se encontrava no seminário de Luanda quando, pouco depois da meia-noite, foi surpreendido pelo crepitar de armas de fogo⁴⁶. Chama o padre Vicente, seu vizinho de quarto, e falam sobre o que está a acontecer. No dia seguinte, de manhã, encontra monsenhor Neves⁴⁷, que alguns relacionam com os acontecimentos do 4 de fevereiro, inclusive atribuindo-lhe a liderança da revolta e a ordem de ataque à cadeia, mas nunca dele ouviu qualquer referência aos acontecimentos, quer de preparação, quer da execução. A memória que conserva dos acontecimentos é de uma violência medonha, por vezes acompanhada por uma chocante satisfação de alguns padres brancos. Da parte dos apoiantes do poder colonial tem palavras de apreço pelo então Governador-Geral, Álvaro Silva, por ter conseguido parar uma repressão «bárbara» em fevereiro. Décadas depois voltaria a evocar a violência racista desses tempos no seu *Diário*: «(...) Então foi um desencadear da tormenta. Matou-se o homem por ser preto só por ser preto. Era tal o desvario que, no Seminário, vi um padre branco (um capelão militar ainda jovem, dos lados de Leiria) e um seminarista, depois ordenado sacerdote a esfregarem as mãos... de satisfação!»⁴⁸. A 15 de março dá-se a chacina nas terras dos Dembos, com «selvajaria de parte a parte. Mas, infelizmente, a iniciativa quase sempre da parte dos “civilizadores”»⁴⁹. Assinala como particularmente chocante a repressão na terra dos Bângalas, na Baixa do Cassange⁵⁰, com o emprego de bombas *napalm* contra pessoas indefesas que se revoltavam contra a imposição da monocultura do algodão e os baixos pagamentos da Cotonang.

Quaisquer que fossem as ligações do padre Alexandre Nascimento aos nacionalistas angolanos tinha desenvolvido uma consciência crítica do colonialismo português, como assinala numa nota datada de 11 de março de 1961, a propósito do Conselho de Segurança da ONU ter admitido a causa de Angola, a pedido da Libéria:

45 SCHUBERT – *A guerra*, p. 63.

46 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. III, p. 559.

47 O cónego Manuel Joaquim Mendes das Neves (1896-1966) era natural do Golungo Alto. Foi preso em março de 1961 e em agosto desse ano foi-lhe aplicada pena de residência fixa, tendo sido enviado para uma comunidade religiosa no Norte do país. Manuel Pedro Pacavira atribui-lhe um papel de consciencialização dos jovens nacionalistas angolanos na luta anticolonial: PACAVIRA – *O 4 de Fevereiro*, p. 39-40.

48 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. III, p. 559.

49 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. III, p. 559.

50 Sobre a revolta na Baixa do Kasanji no contexto da crise social e política de 1961, ver a dissertação de mestrado de Fernando Correia – *Tradição e Modernidade na Baixa do Kasanji (1961)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2020.

«Uma nota oficial do Governo sobre os acontecimentos de Angola diz que houve na região de Malanje acções determinadas pelos indígenas em lutas *inter-tribais*. (A “verdade” portuguesa!) Na realidade a população nativa foi bombardeada com *napalm* – só porque exigia que a Cotonang lhe pagasse por justo preço o algodão que os obrigavam a cultivar⁵¹».

Entre março e maio de 1961, cresce a tensão entre o poder colonial e os padres angolanos africanos. A 22 de março, Alexandre Nascimento recebe a notícia da prisão de Monsenhor Neves pela PIDE. A 1 de abril, regista no *Diário* a notícia da prisão de Monsenhor Neves nos jornais *O Comércio* e *A Província*, assim como o tom acintoso da notícia de *O Comércio*. Prevê «uma onda de anticlericalismo, sobretudo no que toca aos padres africanos»⁵². Nesse dia regista ainda que recebeu uma mensagem do governador-geral por intermédio do arcebispo de Luanda: a PIDE dava-lhe a escolher entre a prisão e a sua retirada para Portugal. No meio eclesiástico buscavam-se outras soluções: o arcebispo tentou que o deixassem ir estudar para Roma. O desfecho dramático da situação foi o envio para Lisboa, em regime de residência fixa, do padre Alexandre Nascimento, então com 36 anos, juntamente com o padre Vicente Rafael, em abril de 1961⁵³.

A imprensa internacional católica está atenta ao que se passa em Angola. A revista *Informations Catholiques Internationales*, no n.º 1 de maio de 1961, referia a prisão dos padres Alexandre Nascimento, Vicente Rafael, Martino Campos e Osório. Declarava o seu temor de que uma parte importante do «clero indígena» prestigiado seguisse em breve o mesmo destino. No mesmo mês, a 21, o jornal londrino *The Observer* publicava outra notícia sobre o caso dos padres angolanos presos, interpretando a sua transferência para Portugal como uma tentativa de esvaziar Angola de qualquer líder africano potencial.

O «exílio forçado» na metrópole

Já com residência fixa e vigiado pela PIDE em Lisboa, na rua Filipe Néri, o padre Alexandre Nascimento regista que a 30 de outubro de 1961 foi ao Jerónimos encontrar-se pessoalmente com o padre Felicidade Alves, prior dos Jerónimos, que teve a iniciativa de estabelecer contacto por telefone. O padre Felicidade ao longo da década de 1960 protagonizaria um processo de radicalização política e teológica que o levou a entrar em rutura com o cardeal-patriarca e com o governo. Convidou o padre Alexandre Nascimento para pregar durante a Quaresma, na sua paróquia.

51 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. I, p. 257.

52 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. I, p. 258.

53 ALVES – *Esperar pela Hora de Deus*, p. 38.

Também lhe pediu para celebrar na igreja dos Jerónimos a missa das 18 e 30, convite que declinou⁵⁴.

O padre Alexandre Nascimento ficou dez anos em Portugal, Lisboa, com residência fixa, até ser autorizado por Marcello Caetano a regressar a Angola. Durante o tempo de exílio na metrópole, dedicou-se ao trabalho pastoral em diversas paróquias, foi conselheiro das Equipas de Nossa Senhora de Fátima, por intermédio do padre Alberto Neto e licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa.

O *Diário* regista o contacto com jovens estudantes e profissionais, com destaque para o Eng.º João Cravinho⁵⁵ e, apesar de estar mais focado na vida espiritual interior do que em acontecimentos políticos e culturais e de ser parco no que se refere a relações de natureza política, mostra que acompanha o que se vai publicando acerca do fim do colonialismo em África. Em março de 1962 acaba de ler o livro de G. Padmore, conselheiro do Presidente do Gana independente, *Panafricanisme ou Communisme?*

Acompanhou a crise académica de 1962, uma das mais expressivas manifestações estudantis contestatárias do regime ditatorial, espoletada pela proibição das comemorações do Dia do Estudante a 24 de março desse ano. Dois dias depois os representantes dos estudantes decretaram greve às aulas. Em maio a luta radicalizou-se com a adesão de estudantes a uma greve de fome e a invasão da cidade universitária pela polícia. A crise saldara-se-ia pela expulsão, durante 30 meses, de 21 estudantes grevistas de todas as escolas de Lisboa.

A 10 de abril, Alexandre Nascimento participou numa reunião com o casal Nuno Teotónio Pereira⁵⁶, Natália Duarte Silva⁵⁷ e diversos jovens. Declarou a sua intenção de acompanhar um grupo que tencionava ir à cidade universitária, num momento em que os estudantes tinham entrado em greve académica e greve de fome. Por sugestão de Nuno Bragança⁵⁸, ficou em casa. No dia seguinte, recebeu um telefonema a avisá-lo que o Eng.º Cravinho não podia jantar com ele, conforme

54 O trajeto político e religioso do padre Felicidade Alves foi estudado na dissertação de mestrado de GOMES, Ana Maria Soares Ribeiro – *Padre Felicidade: da militância católica à oposição praticante ao Estado Novo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2021.

55 O Eng.º João Cravinho nasceu em Malanje, Angola, e veio para a metrópole em 1945. Licenciou-se em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa em 1959. Durante a crise académica era funcionário público. No entanto, participou na crise académica de 1962 como «consultor» da Reunião Inter-Associações (RIA) e foi preso por razões políticas durante a contestação de origem estudantil ao Estado Novo.

56 Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) formou-se em 1949 pela Escola Superior de Belas Artes e destacou-se profissionalmente como arquiteto. Casou com Natália Duarte Silva, com a qual interveio política e civicamente contra a ditadura como «católico progressista».

57 Maria Natália Duarte Silva (1930-1971). Casou-se em 1951 com Nuno Teotónio Pereira. Inicialmente agnóstica, converteu-se ao catolicismo e, no contexto das eleições presidenciais de Humberto Delgado, enveredou pela oposição ao Estado Novo. Juntamente com Nuno Teotónio Pereira, foi uma figura de referência dos chamados «católicos progressistas».

58 Nuno Bragança (1929-1985) licenciado em Direito em destacou-se como escritor. Foi um católico interveniente contra o Estado Novo, tendo passado por um processo de radicalização política. Colaborou em *O Tempo e o Modo*, além de *Seara Nova* e *Vértice*.

o combinado, pois se encontrava detido com os estudantes na Parede. Considera que, se não fosse prudente, teria sido preso juntamente com João Cravinho e o eng.º Portas⁵⁹. A liberdade sob vigilância em que vivia tinha como cláusula expressa evitar reuniões de caráter político.

A situação dos padres angolanos «exilados» na metrópole é seguida com atenção pelos nacionalistas angolanos. A 2 de outubro de 1962, uma carta do Comité Diretor do Movimento de Libertação de Angola, assinada por Mário de Andrade, o presidente do MPLA, e Agostinho Neto, o vice-presidente, é dirigida aos participantes do Concílio Vaticano II, chamando a atenção para a situação destes padres e declarando: «Nós esperamos que o Concílio Ecuménico, fiel às suas tradições de defesa dos nobres ideais de justiça no mundo, se dignará debruçar-se sobre a sorte dos nossos irmãos religiosos de Angola, vítimas da repressão colonial»⁶⁰. A iniciativa não tem uma resposta imediata e é difícil avaliar a influência que terá tido na atitude do Vaticano relativamente à evolução do processo político em Angola e à relação entre Igreja Católica e o Estado português.

Nos anos seguintes, o padre Alexandre Nascimento cultiva a discrição e amizades com os padres africanos, como o padre Eduardo André Muaca⁶¹ e o padre Joaquim Pinto de Andrade, com o qual se corresponde, e leigos católicos críticos do regime ditatorial, em especial o grupo que anima a revista *O Tempo e o Modo*, que recorda com saudade: «Passa-se por uma sebe em flor e sente-se logo a primavera que se exala: no ambiente de *O Tempo e o Modo* respirava-se, em estado natural, a cultura e o bom gosto»⁶². Destaca neste grupo os nomes de Pedro Tamen⁶³, Nuno Bragança, Bénard da Costa⁶⁴, Alçada Baptista⁶⁵.

Dedica-se à tradução de trezentas páginas do *Diário Íntimo de João XXIII*, que até então lhe suscitava pouco interesse pessoal – considerava-se um sacerdote

59 O Eng.º Carlos Portas nasceu em 1936 e licenciou-se em Agronomia no Instituto Superior de Agronomia em 1959. Foi presidente da Associação de Estudantes de Agronomia e da Juventude Universitária Católica. Foi professor catedrático e Presidente do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

60 ATD, Arquivo Lúcio Lara, “Mensagem do MPLA ao Concílio Ecuménico do Vaticano II, 02.10.62”.

61 Eduardo André Muaca (1924-2002) estudou no Seminário Maior de Luanda e foi ordenado padre em 1953. Em 1968 licenciou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma e, no ano seguinte, em teologia pastoral pelo Instituto Leão XIII, de Madrid. A 4 de março de 1970 é nomeado por Paulo VI bispo titular de Isola e bispo auxiliar na arquidiocese de Luanda. O arcebispo de Luanda, D. Manuel Nunes Gabriel, sagrou-o bispo a 31 de maio de 1970. Sucedeu a D. Manuel Nunes Gabriel como arcebispo de Luanda, após a renúncia de D. Manuel Nunes Gabriel a 19 de dezembro de 1975.

62 NASCIMENTO – *Caminhos*, p. 143.

63 Pedro Tamen nasceu em 1931. Licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e destacou-se como poeta e tradutor. De 1958 a 1975 foi diretor da Livraria Moraes, juntamente com António Alçada Batista.

64 João Bénard da Costa (1935-2009) licenciou-se em História-Filosóficas em 1959. Foi presidente da Juventude Universitária Católica de 1957 a 1958 e um dos fundadores da revista *O Tempo e o Modo* em 1963, da qual começou por ser chefe-de-redação e foi diretor.

65 António Alçada Baptista (1927-2008) foi advogado e escritor. Dirigiu a Moraes Editora de 1957 a 1972. Em 1963 fundou a revista *O Tempo e o Modo*. Na década de 1970 iniciou uma atividade de escritor em que se destacou, publicando memórias e livros de ficção.

de Pio XII⁶⁶. Esse envolvimento com o pensamento de João XXIII aproxima-o do espírito renovador que este Papa alimenta ao convocar o Concílio Vaticano II sob o mote do *aggiornamento*, uma atitude de diálogo com o mundo e de valorização dos «sinais do tempo» manifestados no mundo secular.

Esta evolução espiritual leva-o a aproximar-se da ordem dominicana. Frequentemente o convento dos dominicanos em Fátima, relaciona-se com Frei Bento Domingues⁶⁷, ao qual pede informações sobre o noviciado, e conversa com o arcebispo de Luanda sobre uma eventual entrada sua na ordem dominicana⁶⁸.

Apesar da discrição dos nove padres angolanos em «exílio interno» em Portugal, o seu percurso, significado e a sua presença gera críticas e ataques. Em março de 1965, no *Diário*, regista dois artigos do jornal católico conservador *A Voz* contra o padre Muaca e os padres angolanos sob vigilância da PIDE. Em novembro desse ano, Silva Tavares⁶⁹, o ex-governador-geral de Luanda, ataca os padres «negros» exilados, afirmando que dois deles foram «protegidos». Escreve no *Diário*: «Não sei como proceder, quando sei que “a hierarquia religiosa não se opusera, não protestara”»⁷⁰. A campanha contra os padres de Angola prossegue. No ano seguinte, o excêntrico padre Lobiano do Rego, pseudónimo de um luso tropicalista extremo, publica o livro *Apocalipse de Sagres*, no qual dá largas ao «vilipêndio», a palavra que o padre Alexandre Nascimento usa para descrever o caso no seu *Diário*⁷¹.

Em novembro de 1966, o padre Alexandre Nascimento é chamado à sede da PIDE, sendo confrontado com um recorte do *Estado de S. Paulo*, onde o Vaticano era citado como fonte de uma notícia de que os padres negros exilados em Portugal, entre os quais o padre Alexandre Nascimento, afirmavam que a independência de Angola chegaria, com ou sem a Igreja católica. E que no segundo caso, a independência de Angola arriscava ser feita *contra* a Igreja. O padre Alexandre Nascimento defendeu-se lembrando apenas que todo o batizado possuía o direito de se dirigir diretamente ao Pontífice romano.

No final de 1966, o padre Alexandre Nascimento desloca-se a Braga para participar no funeral de Monsenhor Neves⁷². No imediato, este funeral ultra dis-

66 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. II, p. 315.

67 Frei Bento Domingues nasceu em 1934. Estudou Filosofia e Teologia em Fátima, Salamanca, Roma e Toulouse. Tornou-se dominicano. Forçado a abandonar o país por causa de uma denúncia à política, política, foi para Roma, onde acompanhou de perto os trabalhos do Concílio. Regressou a Portugal em 1965 e ensinou Teologia dos Sacramentos e Cristologia no Studium Sedes Sapientiae, em Fátima. Colaborou na cooperativa Pragma, encerrada pela PIDE em 1967, na publicação católica clandestina *Direito à Informação*, e foi membro do secretariado da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, criada em 1969.

68 Viria a ingressar na Ordem dos Pregadores a 5 de outubro de 2015.

69 Álvaro Rodrigues da Silva Tavares foi governador-geral de Angola entre 15 de janeiro de 1960 e 23 de junho de 1961.

70 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. II, p. 354.

71 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. II, p. 358.

72 LOPES – *O Cónego Manuel das Neves*.

creto representa um triunfo do poder colonial sobre uma voz dissidente, referência do nacionalismo angolano, aparentemente silenciada para sempre. Mas os ideais do cónego Manuel das Neves continuam vivos entre os poucos que partilham o luto pela sua morte. O padre Alexandre Nascimento aproveita a deslocação a Braga para se encontrar com o cónego Franklin. No dia seguinte visita Joaquim Pinto de Andrade e regressa a Lisboa.

As expectativas de mudança com a primavera marcelista

Após o afastamento de Salazar do poder a 27 de setembro de 1968, na sequência de um acidente vascular cerebral, o presidente da República, Américo Tomás, nomeou presidente do Conselho Marcello Caetano, cargo que exerceu entre 1968 e 1974. Marcello Caetano suscitou, em diversos setores sociais e políticos, expectativas de uma liberalização do regime – a chamada «primavera marcelista». As eleições de 1969 são participadas por católicos não só na Ação Nacional Popular, o novo nome do partido do regime, anteriormente conhecido por União Nacional, mas também em todas as listas da oposição. Mesmo a Ação Nacional Popular integra alguns deputados católicos que pretendem transformar o regime por dentro, num sentido liberalizante, e que virão a ser conhecidos por «ala liberal».

Marcello Caetano aceita o regresso do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, de um exílio de dez anos (1959-1969) e aplica também aos padres angolanos exilados em Portugal uma atitude de «descompressão» das tensões políticas da sociedade portuguesa. A 27 de julho de 1969 recebe, durante 25 minutos, no seu gabinete de trabalho, o padre Alexandre Nascimento, às seis da tarde, no palácio de S. Bento. Segundo o padre Alexandre Nascimento tiveram uma conversa informal. A estratégia do Presidente do Conselho Marcello Caetano para lidar com o caso parecia ser ir resolvendo o problema de modo gradual, para evitar impactos na opinião pública – uns poderiam voltar a Angola, outros iriam de férias. Autorizou o padre Alexandre Nascimento a ir a Angola ver a sua mãe, pelo Natal, e a deslocar-se ao estrangeiro, desde que o mantivesse informado. Pediu-lhe ainda para o informar das dificuldades, incluindo as sociais ou económicas, que os outros padres exilados pudessem ter.

As expectativas de «descompressão autoritária» no período marcelista, no entanto, vão-se desfazendo. A harmonia entre Estado Novo e catolicismo que era contestada por poucos e sobrevivera à crise do exílio do bispo do Porto parece irreversivelmente posta em causa⁷³ pela receção em 1970 do Papa Paulo VI aos líderes dos movimentos de libertação Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos

73 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. II, p. 399.

Santos. O padre Alexandre Nascimento declara-se «impressionado vivamente» com o acontecimento.

A hierarquia portuguesa resiste aos apelos de alguns leigos e padres para se demarcar publicamente da ditadura renovada. Alguns católicos radicalizam-se na denúncia das cumplicidades entre Igreja Católica e hierarquia e na contestação à guerra colonial. É o caso do pároco de Belém, Padre Felicidade Alves, que é suspenso *a divinis* de padre e acaba por ser excomungado no contexto de um processo de afastamento traumático da Igreja Católica. A 25 de fevereiro de 1971, dá conta da sua deslocação, pela terceira vez, à Boa-Hora para assistir ao julgamento de angolanos acusados de «crimes políticos» de oposição à ditadura. É, no entanto, a primeira vez que as autoridades judiciais o deixam estar na sala de julgamento. Os comentários que tece são no sentido de temer uma condenação. Toda a perceção que tem do acontecimento deve algo à sua formação recente em Direito⁷⁴.

O *Diário* conta-nos pouco sobre o ambiente católico em Angola nos últimos anos do colonialismo. O ponto de vista do Serviço de Centralização e Coordenação de Informação em Angola (SCCIA), num relatório de 1973, é de inquietação, apesar da ausência de tomada de posições públicas contra o colonialismo português por parte do clero católico em Angola contrastar com o que se passava em Moçambique. Segundo o citado relatório, que sintetizava e sistematizava informações de proveniência da DGS e dos serviços de informação militares, diversos fatores apontavam no sentido de uma provável politização do catolicismo em Angola num futuro próximo: os jovens missionários estavam imbuídos de ideias «progressistas»; na Congregação do Espírito Santo, a maior congregação em Angola, havia cada vez mais missionários «desafetos» à situação; a africanização dos padres católicos estava a intensificar-se e já correspondia a cerca de um quinto do clero angolano; apesar de em Angola haver menos missionários estrangeiros do que em Moçambique (22 por cento por contraponto a 36 por cento), estes missionários mostravam-se mais sensíveis à opinião pública dos respetivos países de proveniência do que à Política Ultramarina Portuguesa⁷⁵.

Um padre angolano na transição para a independência de Angola

A descolonização de Angola foi realizada em condições muito favoráveis aos movimentos de libertação. O investigador António Costa Pinto identificou algumas destas condições: a queda da ditadura num processo de rutura em contraste com a transição negociada da ditadura para a democracia em Espanha; um

74 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. II, p. 405-406.

75 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). SCCIM, n.º 426. República Portuguesa Estado de Angola. SCCIA. *A Igreja Católica e a Política do Governo em Angola*, Relatório Especial de Informações, n.º 1, abril de 1973, fls. 83-84.

clima revolucionário na metrópole muito favorável à transferência de poderes para os movimentos guerrilheiros independentistas; impossibilidade de continuar uma pressão militar no terreno; comunidade branca em Angola com fraca capacidade de reação o que, pelo menos em parte, se pode explicar pela repressão das tendências descentralizadoras e autonomistas durante a ditadura⁷⁶. O prolongamento da guerra colonial e a descolonização tardia portuguesa contribuíram para a concretização dos pesadelos da ditadura – a transferência de poder para movimentos que tinham evoluído desde o início da guerra colonial, em 1961, num sentido vincadamente marxista e até marxista-leninista e estreitadas relações com a União Soviética⁷⁷.

Benedict Schubert identificou três etapas no processo de descolonização: a primeira corresponde ao fim da guerra colonial e à tentativa do Estado português se entender com os três movimentos de libertação na criação de um Estado independente. Logo em junho de 1974, a UNITA acorda um cessar-fogo com o governo português, seguida logo em outubro pela FNLA e pelo MPLA. A segunda etapa, caracterizada pela «confusão» e pela internacionalização do conflito, resulta do fracasso dos acordos de Alvor, assinados a 15 de janeiro de 1975 e que previam a transferência de poder do Estado português para os três movimentos com legitimidade de participação na luta armada. Na terceira etapa, o MPLA, tendo expulsado, com a ajuda militar cubana, as forças armadas sul-africanas de território angolano e afastado para o interior e Leste os movimentos rivais FNLA e UNITA, pretende iniciar a «reconstrução nacional», a partir de Luanda. No entanto, o que ocorre entre 1977 e 1991 é uma guerra civil que mina a sociedade angolana.

No que respeita especificamente às relações entre o governo angolano e a Igreja católica, as relações passam de uma desconfiança mútua, reforçada, da parte do MPLA e de setores eclesiásticos contestatários, pela incapacidade da hierarquia católica assumir em público uma visão crítica da História da sua relação com o poder colonial, para uma concorrência tensa, que é clara em 1978 e, por fim, um progressivo apaziguamento na década de 1980. No período pós-colonial, a Igreja católica em Angola passa por um processo de africanização, que se traduz pela nomeação de quatro novos bispos africanos e de emancipação face ao catolicismo português, manifestada na nomeação de um núncio apostólico para Luanda.

A 28 de julho de 1974, o padre Alexandre Nascimento regista no seu *Diário* declarações do general Spínola de “abertura” no que respeita à questão colonial, interpretando-se nos jornais essas declarações num sentido mais favorável à independência do que estaria na mente do general: «...Ontem Spínola declarou solenemente que reconhecia às colónias portuguesas o direito à autodeterminação e à

76 PINTO, António Costa – *O fim do império português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 87-88.

77 PINTO – *O fim do império português*, p. 88. Ver também SCHUBERT – *A guerra*, p. 117 e ss.

independência, e que Portugal está pronto a transferir os poderes aos povos. Obrigado, meu Deus. Ajudai-nos neste transe difícilimo»⁷⁸.

No período de transição para a independência, o padre Alexandre Nascimento encontra-se com responsáveis políticos angolanos Luanda. O primeiro que refere no *Diário* é Lúcio Lara⁷⁹, secretário do *Bureau* político do MPLA, com quem se encontra, entre outros sítios, no seu gabinete, na Caritas angolana, da qual foi secretário-geral. O contacto privilegiado com este político deve-se à mediação de um ex-aluno do Colégio da Casa da Beiras, o senhor Adriano. Outros contactos partem da própria iniciativa de dirigentes do MPLA é o caso de Domingos Van-Dúnem⁸⁰ que, interpelado pelo almirante Rosa Coutinho⁸¹, lhe respondeu que não queria acordar em nenhuma iniciativa antes de consultar o padre Alexandre Nascimento⁸². Outro político com quem se encontra em contacto é o engenheiro Manuel Resende, Secretário de Estado das Obras Públicas, que o coloca ao corrente da evolução dos acontecimentos políticos e lhe pede para interceder junto dos três movimentos de libertação ajudando na gestão dos conflitos. Correspondendo a este apelo, o padre Alexandre Nascimento fala com Onâmbwa, Lúcio Lara e o Dr. Wilson, da UNITA, procurando estabelecer mediações entre as forças políticas em confronto que favoreçam o processo de paz.

A política de educação é uma das preocupações de D. Alexandre Nascimento e da Igreja Católica nesta conjuntura e por esta razão o padre angolano mantém contactos com Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Pepetela), encarregado do sector de Educação do MPLA.

Outras das preocupações da Igreja Católica, de que o padre Alexandre Nascimento é porta-voz e agente, é evitar a nacionalização de bens, nomeadamente de edifícios como o Instituto de Ciências Sociais Pio XII, no Lubango, no qual foi professor de moral e teologia, além de conselheiro, entre 1971 e 1975.

Ao longo do período de transição para a independência, o padre Alexandre Nascimento vai ganhando protagonismo na Igreja Católica em Angola. É não só um mediador entre a Igreja católica e o poder político, mas também uma autoridade

78 NASCIMENTO - *O meu diário*, Vol. II, p. 426.

79 Lúcio Rodrigo Leite Barreto de Lara (1929-2016) foi um dos fundadores do MPLA. Foi eleito Secretário da Organização e dos Quadros na primeira conferência nacional do MPLA, em dezembro de 1962. Posteriormente seria Secretário-geral e, após a morte de Agostinho Neto, vice-presidente do MPLA. Apoiou a eleição de José Eduardo dos Santos para secretário geral do MPLA no 2.º congresso do partido, a 20 de setembro de 1979.

80 Domingos Van-Dúnem (1925-2003) foi um escritor e jornalista angolano. Fundou, com Viriato da Cruz, António Jacinto e Agostinho Neto, a revista *Mensagem*.

81 António Rosa Coutinho (1926-2010) foi almirante e político no período revolucionário. Integrou a Junta de Salvação Nacional. Substituiu o general Silvino Silvério Marques na qualidade de presidente da Junta Governativa de Angola. A partir de outubro de 1974 tornou-se Alto Comissário em Angola, permanecendo no território até à assinatura dos Acordos de Alvor, em janeiro de 1975. O seu posicionamento era visto como favorável ao MPLA e ao PCP (Partido Comunista Português), tendo recebido o epíteto de «almirante vermelho».

82 NASCIMENTO – *O meu diário*, p. 426-427. Qual o volume citado?

eclesiástica crescentemente reconhecida pelos seus pares, superiores e diversos sectores do clero. A exposição que apresenta aos bispos de Angola, reunidos no Huambo, para a sagração de D. Zacarias Kamwenho⁸³, que ocorreu em 1974, constitui o embrião para redigir a pastoral dos bispos de Angola publicada a 10 de janeiro de 1975, «O espírito de renovação numa Angola independente». Alguns bispos mostram o seu apoio sugerindo ao padre Alexandre Nascimento que leia a exposição diante da Conferência episcopal reunida. D. Manuel Nunes Gabriel⁸⁴, o arcebispo de Luanda durante a transição do período colonial para o da independência, discorda. Segundo o testemunho do próprio padre Nascimento, é uma intervenção de Lúcio Lara, numa visita de cortesia ao arcebispo como delegado do MPLA, que terá dado um contributo importante para convencer D. Manuel Nunes Gabriel a entregar ao padre Alexandre Nascimento a tarefa de redigir a carta pastoral. O poder político, em especial o do MPLA, reconhecia-o como uma personalidade representativa dos padres angolanos⁸⁵. Benedict Schubert considera que a leitura da Carta Pastoral de 1975 levava à «impressão de sentir o sopro do espírito do Concílio, da superação do medo de mudanças, na certeza de que a Igreja deveria ser basicamente uma “Igreja peregrina” (p. 1) e atentar para os sinais dos tempos. Tinha acontecido uma mudança de rumo, apesar dos bispos terem mais uma vez alertado para o perigo da pressa exagerada»⁸⁶.

Entre o clero nativo angolano, o padre Alexandre Nascimento desempenha um papel de liderança. Em abril de 1975, é considerado o principal responsável e eleito presidente de um encontro no Huambo reunindo padres e religiosas nativos de Angola. Estão presentes os padres Franklin da Costa, Eugénio Salesu, Francisco Viti. O encontro teria sido aceite com relutância por D. Manuel Nunes Gabriel, que o consentiu por conselho de D. Eurico Dias Nogueira, bispo de Sá da Bandeira/Lubango, o qual, no exercício das suas funções episcopais, primeiro em Moçambique e depois em Angola, se mostrara um adepto da linha reformista do Concílio Vaticano II e um crítico da prática colonial portuguesa por não cumprir os ideais de

83 D. Zacarias Kamwenho nasceu em 1934 e foi ordenado presbítero em 1961. Foi professor na Missão da Bela Vista, (Nova Lisboa, atual Huambo) e, posteriormente, reitor do Seminário Maior de Cristo Rei de Nova Lisboa (Huambo), função que acumulou com a de vigário-geral da Diocese de Nova Lisboa a 26 de agosto de 1974. Em 1974 recebeu a ordenação episcopal. No ano seguinte foi promovido a bispo titular e residente em Novo Redondo, atual Sumbe. Desempenhou um papel importante no processo de paz que pôs termo à guerra civil em Angola, tendo por essa razão recebido o Prémio Sakharov em 2001.

84 D. Manuel Nunes Gabriel (1912-1996) foi ordenado em 1935. Foi reitor do Seminário de Luanda até 1957, ano em que foi nomeado bispo de Malanje. Em 1962 foi nomeado bispo coadjutor de Luanda. Participou na primeira e última sessão do Concílio Vaticano II. Sucedeu a D. Moisés de Alves Pinho como arcebispo de Luanda em 1966. Renunciou ao cargo a 19 de dezembro de 1975.

85 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. II, p. 428-429.

86 SCHUBERT – *A guerra*, p. 132.

desenvolvimento propugnados pelo Papa Paulo VI na encíclica *Populorum Progressio*. Outros bispos recusam-se a participar no encontro.

No encontro, o padre Alexandre Nascimento apercebe-se de que o seu sentido é definido por um pequeno grupo ativo de jovens padres – César Viana, Celestino Monteiro e Bernardo Bongo, apoiados por irmãs Teresianas ou Mercedárias.

O sacerdote Alexandre Nascimento adota uma atitude de moderação e prudência face aos jovens padres que queriam aprovar um texto denunciando os métodos de missionação em Angola e os efeitos negativos da cristianização até então realizada na cultura tradicional angolana: opõe-se à aprovação do texto, chegando a ameaçar dessolidarizar-se com os autores do texto e partir para Luanda. Admitiu a publicação de um texto crítico da História da missionação católica em Angola se fosse trabalhado por uma comissão. A sua preocupação era que a tomada de uma posição radical fosse mal recebida no Vaticano, que considerava predisposto a confiar a Igreja em Angola ao clero autóctone.

A questão não morreu ali. Após o encontro, Alexandre do Nascimento, já bispo de Malanje (foi ordenado a 31 de agosto de 1975 na Sé de Luanda), voltou a encontrar-se com os três jovens sacerdotes no Seminário de Luanda, no gabinete do então reitor, o cónego Manuel Franklin, e voltaram a insistir na publicação do texto «porque estávamos a perder o comboio»⁸⁷. Uma das avaliações com a qual D. Alexandre Nascimento discordava totalmente era considerar a hierarquia católica como «estrangeira»:

«Foi então que eu lhes disse que isso era o pior que podiam dizer. Estrangeiros ou não, os bispos eram legítimos pastores com o direito à nossa obediência. Para desobedecer invocava-se agora o serem estrangeiros; amanhã invocariam para um bispo angolano o ter sido colaboracionista, e para outros, outros motivos seriam fáceis de aduzir. (...) Se a Igreja em Angola durante os quatro séculos de missionação só cometeu erros, que garantia tínhamos nós de que nos próximos quatrocentos ou quinhentos anos não cometeríamos erros iguais ou piores ainda? A cor da pele e o facto de havermos nascido em Angola não nos atribuía certamente o privilégio do acerto...»⁸⁸.

Em suma: durante o período de transição, D. Alexandre Nascimento consegue capitalizar contactos que estabelecera com nacionalistas angolanos durante o período colonial e a sua imagem de padre mal visto pelo Estado Novo. Desempenha um papel de mediação entre a Igreja Católica e os poderes políticos em disputa, entre a hierarquia católica e padres contestatários que contrasta com o isolamento em relação aos poderes políticos revolucionários portugueses e angolanos e a dificuldade de diálogo com os setores do clero católico mais críticos que caracteriza o

87 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. II, p. 430-31.

88 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. II, p. 430-431.

arcebispo de Luanda, D. Manuel Nunes Gabriel. Os diversos escritos do arcebispo de Luanda no período e após a independência mostram um prelado dividido entre um discurso público cauteloso e uma reflexão privada muito crítica do processo político, sem capacidade de negociação com os protagonistas revolucionários e mediação entre partes em conflito⁸⁹. Uma comparação entre as diferentes intervenções de D. Alexandre Nascimento e D. Manuel Nunes Gabriel, num contexto político e social de violento constrangimento, na transição do período colonial para a independência, permite-nos entender melhor a recomposição da Igreja Católica no período de transição para a independência.

Os desafios da independência e do ateísmo militante

Os primeiros anos da independência são marcados pela disputa da alma da juventude entre a Igreja Católica e o novo poder político, no qual cresce a influência do ateísmo militante.

Neste período, D. Alexandre Nascimento vê fortalecida a sua posição na hierarquia em Angola, ao ser promovido, em 3 de fevereiro de 1977, a arcebispo metropolitano de Lubango, função que acumula com a de administrador apostólico da diocese de Ondijiva. É uma personalidade em destaque e também por isso sob crítica, inclusive entre sectores do clero e de religiosas, acusado por alguns de ser contra o MPLA. No seu *Diário*, D. Alexandre Nascimento dá conta destas críticas que atribui a uma campanha ideologicamente motivada e uma conceção reducionista da ação missionária, limitando-a a um serviço social e tomada de posições partidárias⁹⁰.

A relação entre a Igreja Católica e o processo político tem de ser analisada tendo em conta quer as dinâmicas internas do catolicismo e a evolução da correlação entre as diversas forças políticas em Angola, quer nas mudanças em curso nos próprios partidos políticos. O MPLA é visto por D. Alexandre Nascimento, numa perceção que nada tem de controverso, como um partido «em viragem para o marxismo oficial»⁹¹. A questão da nacionalização de bens da Igreja Católica está na ordem do dia após a declaração de independência e D. Alexandre Nascimento mantém conversações com Lúcio Lara, sobre a propriedade do Paço do Uíge, que o comissário provincial, Ambrósio Lukoki⁹², pretende tomar. Lúcio Lara sublinha, segundo o testemunho de D. Alexandre Nascimento, que o MPLA quer evitar a

89 GABRIEL, D. Manuel Nunes – *D. Moisés Alves de Pinho e os Bispos do Congo e Angola*. Portalegre. s.n., 1980; GABRIEL, D. Manuel Nunes – *Angola, cinco séculos de cristianismo*. Queluz: Lítoral, 1978.

90 NASCIMENTO – *O meu diário*, 20.IX.1976, p. 447. Qual o volume citado?

91 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. III, p. 451.

92 Ambrósio Lukoki (1940-2018) foi ministro da Educação e ministro da Ideologia, Informação e Cultura nos primeiros anos da independência de Angola. Posteriormente foi embaixador de Angola em França (2002-2006) e na Tanzânia (2006-2018).

radicalização da questão religiosa. No entanto, verifica-se no MPLA uma diferenciação entre as posições dos dirigentes políticos, mais moderados, e a juventude partidária, mais dura e disposta a afrontar a Igreja Católica no terreno da Educação da Juventude. Para Lúcio Lara, a Igreja Católica deveria limitar as suas críticas à política da Juventude do MPLA, caso contrário, os responsáveis políticos não conseguiriam impedir «as manifestações contra a igreja»⁹³.

D. Alexandre Nascimento sente o peso da responsabilidade num processo tenso e delicado na relação entre a Igreja Católica e o poder político em Angola. É um prelado com prestígio nacional e internacional, que quer usar a sua influência num sentido de pacificação das relações entre Igreja Católica e Estado angolano.

No início da década de 1980, as tensões entre Estado e Igreja Católica estão bem vivas. A 22 de fevereiro, o cardeal D. Alexandre Nascimento regista no seu *Diário* que «se adensam sobre nós nuvens ameaçadoras»⁹⁴. O *Jornal de Angola*, órgão oficioso do partido e do Governo do MPLA, publica um artigo atacando a Igreja Católica e, concretamente, o bispo do Uíge, D. Francisco da Mata Mourisca⁹⁵. Em Lisboa, jornais antiMPLA publicam uma entrevista de Jonas Savimbi, presidente da UNITA, com declarações sobre a Igreja Católica. O prelado sente que o seu nome está a ser indevidamente envolvido nas polémicas e guerras de informação entre MPLA e UNITA. Sequestrado durante uma visita pastoral por militantes da UNITA a 15 de outubro de 1982, D. Alexandre Nascimento, esteve detido na Jamba e foi libertado a 16 de novembro seguinte, após um apelo do Papa João Paulo II. Numa entrevista que deu sobre este episódio evitou quer a vitimização, quer qualquer entendimento com Savimbi, declarando: «Tenho por norma ser o mais reservado possível relativamente a esse episódio da Jamba. O meu papel é unir. Não gostaria que uma afirmação minha prejudicasse qualquer das partes. Sou irmão de todos e ministro da reconciliação»⁹⁶.

D. Alexandre Nascimento foi o primeiro angolano a receber o título de cardeal, a 2 de fevereiro de 1983, tendo orientado exercícios espirituais para o Papa e a Cúria Romana em 1984. Em 1986 foi transferido para a arquidiocese de Luanda, tendo exercido o governo pastoral da diocese até 2001. José Eduardo dos Santos terá visto no facto de ter sido aluno do padre Alexandre Nascimento, um meio de estabelecer contactos com a hierarquia católica no sentido favorável a um apaziguamento entre o catolicismo e o Estado angolano. Esta intenção do poder político em Angola se reconciliar com a Igreja católica foi assinalada por atos simbólicos no

93 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. III, p. 451-452.

94 NASCIMENTO – *O meu diário*, Vol. III, p. 481.

95 D. Francisco de Mata Mourisca (ou D. Francisco Moreira dos Santos) nasceu em 1928, no concelho de Pombal. Licenciou-se em Teologia pela Universidade Católica Pontifícia de Salamanca. Ingressou na ordem dos capuchinhos. Em 1967 foi ordenado bispo do Uíge, uma diocese criada nesse ano, por desmembramento da arquidiocese de Luanda.

96 NASCIMENTO – *Caminhos*, p. 109.

início da década de 1990, ano em que José Eduardo dos Santos batizou o seu filho. No Pentecostes de 1992 o Presidente da República Popular de Angola participou na missa celebrada em Luanda, a céu aberto, por João Paulo II⁹⁷.

Considerações finais

O trajeto de D. Alexandre Nascimento, desde os estudos na escola primária da missão de Malanje até ser nomeado cardeal e assumir um cargo dirigente na Caritas Internacional foi excepcional e para esse percurso contribuíram as suas qualidades intelectuais reconhecidas pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma, a faculdade de Direito de Lisboa, e expressas em numerosas publicações. Além dessas qualidades intelectuais, outras marcaram o seu percurso, como a capacidade de, assumindo-se como homem da Igreja Católica, estabelecer contactos com a sociedade civil, incluindo nacionalistas angolanos e opositores portugueses ao Estado Novo. Durante o difícil período de transição para a independência, mostrou maior capacidade de gestão de conflitos entre a hierarquia católica e padres e religiosos contestatários, de estabelecimento de pontes e de diálogo com os diversos agentes políticos emergentes em Angola, do que outros elementos do episcopado católico em Angola.

Uma parte do seu percurso formativo inicial deve-se à convergência de estratégias, entre o Estado Novo e o Vaticano. O Estado Novo possuía uma posição ambígua e um pouco contraditória em relação à promoção do clero africano: por um lado, ter padres nativos a estudar em Roma beneficiava-o no sentido em que era internacionalmente prestigiante; por outro, evitava a africanização da hierarquia católica, pois ela poria em causa relações sociais de exercício do poder. Do ponto de vista do Vaticano, a partir do final da década de 1950 torna-se claro, em determinados setores, que a promoção do clero africano era uma forma de preparação para um cenário de pós-independência.

O crescente criticismo em relação à situação colonial costuma estar associado ao Concílio Vaticano II e, em especial, à encíclica de João XXIII *Pacem in Terris*. Curiosamente, D. Alexandre Nascimento começa por se afirmar como um sacerdote de Pio XII e a ganhar consciência das injustiças da situação colonial antes da abertura do Concílio. No entanto, o seu trajeto deve compreender-se também no ambiente conciliar. É este ambiente que facilita a sua aproximação, em Lisboa, a católicos entusiasmados com os «sinais dos tempos» provenientes de Roma agrupados em torno da revista *O Tempo e o Modo* para refletir sobre o catolicismo, ou

97 SCHUBERT – *A guerra*, p. 194-195.

empenhados em quebrar os silêncios em torno da Igreja católica e da ditadura no jornal clandestino *Direito à Informação*.

Sujeito aos fortes constrangimentos políticos e sociais que marcam em Angola a fase de transição para a independência, D. Alexandre Nascimento alcança uma maior margem de negociação com diversos agentes políticos e com padres e religiosas contestatárias do que outras figuras da hierarquia católica. É reconhecido como um interlocutor pelo poder político e pelo clero crítico da hierarquia católica e da postura da Igreja Católica durante o período colonial.

No período de transição para a independência e dos primeiros anos de independência em Angola, marcados por um ateísmo militante, D. Alexandre Nascimento posiciona-se a favor da autonomia da Igreja Católica face ao poder político e de uma hierarquia católica em busca de um novo discurso legitimador perante a contestação de padres e religiosas para quem a Igreja Católica perderia legitimidade social se não se colocasse a par do processo revolucionário.

O percurso de D. Alexandre Nascimento é simultaneamente revelador de uma personalidade e das relações institucionais dinâmicas entre Estado e Igreja Católica em Angola, na transição do colonialismo português para a independência. Tem sido um dirigente eclesiástico animado por um espírito renovador e empenhado na mediação de conflitos de caráter político e religioso. A sua trajetória atesta a capacidade da Igreja católica de promover lideranças com presença na cultura e na sociedade, quer a nível nacional, quer internacional, e de dialogar com outras instâncias de poder.